INDÍGENAS PATAXÓ E TUPINAMBÁ PROTESTAM PELA DEMARCAÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS DIANTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EM BRASÍLIA. FOTO: TIAGO MIOTTO/CIMI

DIÁRIO DE GUERRA

Assassinatos em série e impasse jurídico: a

longa espera pela demarcação no sul da Bahia

O Ministério dos Povos Indígenas já pediu o auxílio da Força Nacional para proteger os povos Pataxó e Tupinambá, mas o governador do estado, aliado de Lula, negou. Conflitos continuam

Rafael Moro Martins, Brasília, Cerrado

2 abril 2025

SIGA G

12 de março, quando Ricardo Lewandowski chegou ao Palácio da Justiça, na Esplanada dos Ministérios. Ali, era aguardado havia mais de duas horas por uma comitiva de lideranças Pataxó e Tupinambá. Apesar de atrasado para a audiência, o ministro da Justiça e Segurança Pública avisou que teria pouco tempo para ouvir os Indígenas que tinham viajado 36 horas do sul da Bahia até a capital federal. E deu a má notícia: não iria assinar os documentos que consolidariam – após mais de dez anos de espera – a demarcação das Terras Indígenas Barra Velha do Monte Pascoal, Tupinambá de Belmonte e Tupinambá de Olivença, um impasse que se arrasta diante da resistência de ruralistas e da pressão do setor turístico.

A disputa pelos territórios tem vitimado muitos Indígenas no sul da Bahia. Nas últimas semanas, aldeias foram cercadas por homens armados, denunciam lideranças. Em março, um Indígena foi morto em

desde 2022, três Pataxó foram assassinados por defender seu território tradicional. Segundo levantamento da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, a Funai, a região tem sido palco de um "alarmante número de homicídios" de Indígenas: 74 nos últimos 11 anos – a maioria relacionada à luta pelos territórios ou ao tráfico de drogas [que também invadiu Terras Indígenas]. Uma marca que é "apenas uma fração dos ocorridos [...] que chegaram ao conhecimento dos servidores", pois a quantidade real de vítimas seria "muito maior", mostra um documento remetido em agosto passado a Lewandowski pela subprocuradora-geral da República Eliana Peres Torelly de Carvalho e obtido por SUMAÚMA.





ENTRE SHEILA DE CARVALHO (À ESQ.) E SONIA GUAJAJARA, RICARDO LEWANDOWSKI FALA AOS TUPINAMBÁ E PATAXÓ. FOTO: TIAGO MIOTTO/CIMI

MPI, criado no terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, pediu em novembro de 2023 “o emprego da Força Nacional para resguardar o direito à vida e à integridade física de lideranças Indígenas” do sul da Bahia. Mas o Ministério da Justiça, responsável pela tropa, segue sem atender à demanda, já que o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, também do PT, rejeitou a presença da Força Nacional. A decisão do governador é reveladora de que a defesa dos povos Indígenas está longe de ser unanimidade no partido de Lula, que tem na criação do MPI uma das bandeiras de seu terceiro mandato.

Na tarde daquele 12 de março, os Indígenas esperavam sair da reunião com Lewandowski levando a assinatura do ministro nos documentos. Mas não foi o que aconteceu. A demora em oficializar as demarcações, prontas para a decisão do Ministério da Justiça há mais de dez anos, ganhou novo empecilho, segundo Lewandowski: a

Lei do Marco Temporal. Seu principal ponto se baseia na tese defendida por ruralistas de que só podem ser demarcadas as terras em que os Indígenas já estivessem em 5 de outubro de 1988, data em que a Constituição foi promulgada. Mas outros de seus artigos, justificou o ministro, travam as homologações na Bahia. A lei foi aprovada no Congresso Nacional em setembro de 2023, dias depois de o Supremo Tribunal Federal ter considerado que a tese do marco temporal afronta a Constituição. Ignorando a decisão, os ruralistas aprovaram a lei na Câmara e no Senado, criando um impasse nos processos de demarcação já em andamento.

Quando um Indígena, irritado, disse que o ministro teria nas mãos o sangue das vítimas da luta pela retomada dos territórios tradicionais, Lewandowski deixou a sala. "Retomada" é o termo usado pelos povos originários para descrever a reocupação das terras das quais foram expulsos ao longo de décadas

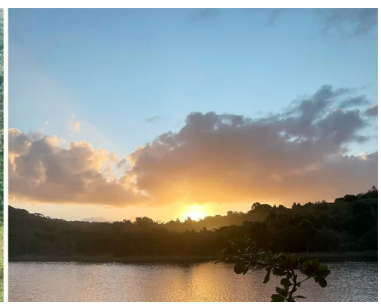
– ou, no caso dos indígenas baianos, de séculos.

“Não foi nada bom”, resumiu um auxiliar do ministro.

A longa espera pela terra

A TI Barra Velha do Monte Pascoal tem 440 quilômetros quadrados e abriga 4.649 Pataxó, segundo dados mais recentes disponíveis, de 2010. O processo de demarcação começou em 1999, e desde 2008 aguarda a emissão da portaria declaratória pelo ministro da Justiça. O documento é o penúltimo passo do trâmite da demarcação – o último, de homologação, é assinado pelo presidente da República.







VISTAS DAS TERRAS INDÍGENAS BARRA VELHA DO MONTE PASCOAL (PRIMEIRA À ESQ.) E TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA. FOTOS: POVO PATAXÓ/BARRA VELHA E JENNYFFER BEKOY TUPINAMBÁ/CITO

interior da Bahia, 74 Indígenas – o número é de 2014 – vivem numa área de 100 quilômetros quadrados na margem norte do Rio Jequitinhonha. Os estudos para a demarcação começaram em 2010 e a delimitação está pronta desde 2013. Tupinambá de Olivença abriga 4.631 Indígenas – conforme dados de 2014 – numa área de 470 quilômetros quadrados na costa baiana. O processo de demarcação começou em 2004 e está pronto para ser assinado pelo Ministério da Justiça desde 2009.

A região dos Pataxó e dos Tupinambá é uma das cinco do país em que o Departamento de Mediação e Conciliação do Ministério dos Povos Indígenas, o MPI, decidiu atuar com prioridade. Num documento que acompanha o ofício enviado a Lewandowski, a Funai afirma que radialistas influentes na região, "ligados a fazendeiros locais", incentivam "discursos de ódio e comportamentos agressivos e racistas contra o povo Pataxó". Por causa disso, "não são incomuns

são obrigadas a buscar refúgio dos ataques nas áreas de mata do território, onde famílias Pataxó às vezes passam dias e noites inteiras".

Um dos grupos suspeitos de envolvimento com os ataques é o movimento ruralista Invasão Zero, que realiza por conta própria ações que chama de "reintegração de posse" – na prática, a expulsão de Indígenas dos territórios retomados e em processo de demarcação. Entre seus fundadores está o produtor de cacau e criador de gado Luiz Henrique Uaquim da Silva – uma das propriedades de Uaquim fica dentro de Tupinambá de Olivença. De acordo com as investigações em curso, o Invasão Zero é suspeito de envolvimento numa ação que terminou com a morte de Maria de Fátima Muniz, a Nega Pataxó, liderança dos Pataxó Hãhãhãe, em janeiro de 2024. No documento enviado a Lewandowski, a Funai registra que "policiais militares fariam parte de grupos contratados por fazendeiros [para atacar Indígenas], o

que compromete a confiança das comunidades na PM". O Ministério Público Federal e a Defensoria Pública do Estado da Bahia já denunciaram que há policiais entre os milicianos a serviço dos ruralistas. Questionado sobre a denúncia da Funai, o governo do estado, responsável pela Polícia Militar, não respondeu.

A SUMAÚMA, Uaquim negou envolvimento do Invasão Zero com o assassinato de Nega Pataxó. "O Invasão Zero é um movimento ordeiro, pacífico, e age sempre na presença da Polícia Militar", disse. "Nega Pataxó e os índios Pataxó, parece que Hãhãhãe, coisa desse tipo, têm uma reserva. O que estavam fazendo fora dela?", questionou, usando um termo considerado desrespeitoso pelos Indígenas.

Governada pelo PT desde 2007, a Bahia tem a polícia mais letal do país, segundo dados do Ministério da Justiça. Ela, a corporação, tem a

como Uaquim. “É claro que eu confio na polícia”, disse ele. Mas não a dos Indígenas: segundo a Funai, os Pataxó temem até registrar boletins de ocorrência por suspeitarem da ligação entre policiais e fazendeiros.

Esse é um dos motivos para pedirem a presença da Força Nacional na região.



JERÔNIMO RODRIGUES E LULA (À ESQUERDA), ALIADOS E FILIADOS AO PT; À DIREITA, LUIZ HENRIQUE UAQUIM, FUNDADOR DO ‘INVASÃO ZERO’. FOTOS: MATEUS BONOMI/AGIF VIA AFP E REPRODUÇÃO/ INSTAGRAM

nenhum ministro

A Força Nacional é uma espécie de tropa de elite formada por cerca de 1,3 mil policiais militares, civis e bombeiros de todo o país, colocados à disposição do Ministério da Justiça e Segurança Pública pelos estados e pelo Distrito Federal. É empregada pelo governo federal em situações de emergência ou naquelas em que as polícias estaduais não deem conta de resolver. Como segurança pública é atribuição dos estados, é preciso que os governadores concordem com a presença da Força Nacional. Coisa que o baiano Jerônimo Rodrigues não fez.

“A crise na região é histórica e remonta, pelo menos, até a década de 1940”, escreveu o petista, num ofício assinado em fevereiro de 2024 e enviado ao Ministério da Justiça. “A atuação da Força Nacional se funda em situações de grave perturbação da ordem pública, em que os meios dos órgãos de segurança pública [...]

respostas que o governo da Bahia tem dado [à violência contra os Indígenas no sul do estado] não endossam a sua aplicação", afirmou.

Governadores alinhados ao ex-presidente de extrema direita Jair Bolsonaro, do PL, autorizaram o governo Lula a enviar a Força Nacional a seus estados para conter ataques aos povos originários. É o caso de Ratinho Junior (PSD), governador do Paraná, e de Eduardo Riedel (PSDB), governador de Mato Grosso do Sul. Os dois são alinhados a ruralistas, grupo que também ataca Indígenas Avá Guarani e Guarani Kaiowá, em luta pela retomada de seus territórios. Mas não recusaram a Força Nacional.

A decisão de Rodrigues diverge do que disse Patrícia Pataxó, nomeada por ele como superintendente de Políticas para os Povos Indígenas do governo baiano. "A expertise para proteger os territórios é do governo federal", afirmou, em 11 de março,

Procuradoria-Geral da República em Brasília.

O encontro reuniu cerca de 300 Pataxó e Tupinambá, além de autoridades do governo federal. Cinco ministros foram convidados, inclusive Ricardo Lewandowski e Sonia Guajajara, dos Povos Indígenas. Eles não foram, mas mandaram representantes. Os Indígenas criticaram duramente outro ministro ausente: Rui Costa, chefe da Casa Civil e ex-governador da Bahia, antecessor e cabo eleitoral de Jerônimo Rodrigues. “Ele é o articulador político do presidente Lula, né? E a gente sabe que ele é contra as demarcações de terra na Bahia”, sintetizou Charru Pataxó, liderança de Barra Velha do Monte Pascoal.

Costa tem sido alvo de críticas repetidas das lideranças Indígenas, que o consideram um opositor das demarcações, em especial na Bahia. SUMAÚMA enviou uma série de perguntas ao ministro da Casa Civil

sobre as demarcações e os seguidos assassinatos de Indígenas no estado. A assessoria de Costa disse que ele não responderia a elas.

Na mira da polícia

O avanço nas demarcações é essencial para reduzir a violência contra os Indígenas, asseguram as lideranças Pataxó e Tupinambá – e o Ministério Público Federal. “Esses povos Indígenas que aqui estão pedem que o senhor determine que as portarias declaratórias [das demarcações] sejam assinadas”, disse o procurador Ramiro Rockenbach, ao final da audiência pública. Ele afirmou que “não existe qualquer obstáculo técnico ou jurídico” para que as demarcações avancem.

No Ministério da Justiça e Segurança Pública, o entendimento é distinto. “A Lei do Marco Temporal proíbe expressamente a ampliação de Terras Indígenas. E a Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal amplia uma

homologada", argumentou a SUMAÚMA a secretária nacional de Acesso à Justiça da pasta, Sheila de Carvalho. No caso de Tupinambá de Belmonte e Tupinambá de Olivença, a justificativa é outra: o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, criou, em agosto de 2024, uma comissão de conciliação para discutir a Lei do Marco Temporal, e a medida paralisou todas as ações em tramitação sobre o assunto.

"Sei que [a situação no sul da Bahia] é um cenário muito delicado, de muito risco [para os Indígenas]", disse Sheila. "Há conflitos acontecendo em vários lugares. [Mas] o governo federal não consegue responder de forma efetiva enquanto não tiver respostas de outros poderes. A gente não pode atuar para além das nossas competências e das nossas possibilidades jurídicas e judiciais."





INDÍGENAS PROTESTAM NA TERRA INDÍGENA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA PELA DEMARCAÇÃO DOS TERRITÓRIOS NO SUL DA BAHIA. FOTO: JP ÎASANÃ TUPINAMBÁ/CITO

Justiça afirma que tem acompanhado as reivindicações dos povos Indígenas e mantido diálogo com suas lideranças. Diz que, em 2024, Lewandowski assinou onze portarias demarcatórias em acordo com as normas ora vigentes, e que o ministro determinou que a Polícia Federal acompanhe a situação no sul da Bahia “a fim de garantir a segurança dos povos”.

Embates passam pelo Supremo

O verdadeiro entrave para que os processos de Barra Velha do Monte Pascoal, Tupinambá de Belmonte e Tupinambá de Olivença avancem está no Supremo, avalia-se no Ministério da Justiça. E a perspectiva de que a “conciliação” proposta por Gilmar Mendes vai produzir um projeto de lei que retira direitos dos Indígenas torna a situação ainda mais sombria para esses povos. Segundo auxiliares de Lewandowski, o ministro, que integrou a Suprema

uma solução para o caso do marco temporal.

Enquanto se disputa, em Brasília, quem é o responsável por travar os processos, nos territórios os Indígenas convivem com o medo. “A nossa situação é de insegurança”, diz a cacica Maria Valdelice, a Jamopoty, primeira liderança da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. “Nós temos o Invasão Zero, o tráfico de drogas. De que forma vamos nos proteger? [Vamos enfrentá-los] para morrer também?”, desabafa. “A Constituição não se aplica aos Tupinambá. Estamos lá [em nosso território] há 500 anos, está registrado. Mas não demarcam nossa terra”, afirma o cacique Babau Tupinambá, ameaçado de morte por liderar a luta pela demarcação de Tupinambá de Olivença.

O Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas do governo da Bahia tem 149 pessoas

Indígenas, dos quais 48 são Pataxó e Pataxó Hãhãhãe e 23 são Tupinambá. Babau e Jamopoty estão nele.

Na noite de 10 de março, véspera da audiência pública em Brasília, Vitor Braz, Indígena Pataxó de 53 anos, foi assassinado a tiros na Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal. Outro Indígena foi ferido e hospitalizado.

O encontro em Brasília foi aberto com a notícia do assassinato de Braz, seguida de um minuto de silêncio. "Demarquem nossos territórios. [Imagine o que é] amanhecer e saber que sumiu alguém, que alguém foi morto", desabafou Alvair Pataxó, liderança de Barra Velha do Monte Pascoal. "A nossa vida importa." Dias depois, em 20 de março, a Polícia Militar e a Polícia Civil baianas, em operação conjunta, invadiram Barra Velha do Monte Pascoal. Os policiais não buscavam os suspeitos pela morte de Braz. Segundo nota publicada no site do governo baiano, o alvo de 12 mandados de prisão eram "supostos [sic] Indígenas

armados que, a pretexto de estarem atuando em 'retomadas' de territórios de seus ancestrais, agem com violência e grave ameaça contra trabalhadores e proprietários rurais".

Em mensagem de áudio enviada a lideranças da região, um servidor da Funai confirmou a detenção de 24 indígenas – 11 dos quais permaneciam presos até o fechamento desta reportagem, na terça-feira, 1º de abril. O Conselho de Caciques Pataxó emitiu nota em que denuncia uma "guerra contra o povo Pataxó" e afirma que a polícia baiana agiu "com violência e abuso de poder, uso de spray de pimenta e bombas contra a comunidade, atingindo anciãos e crianças", além de "relatos alarmantes de que fazendeiros e pistoleiros estavam junto à comitiva policial".

A assessoria de Jerônimo Rodrigues recebeu de SUMAÚMA na sexta-feira, 14 de março, uma lista de perguntas sobre a violência contra Indígenas no sul do estado, as demarcações e a

Desde então, os assessores do governador pararam de responder às mensagens e não atenderam às seguidas ligações para telefones celulares e fixos feitas pela reportagem. O último contato por mensagem foi feito às 12 horas da quinta-feira, 20 de março. Como os anteriores, ficou sem resposta.



APÓS MAIS ASSASSINATOS DE INDÍGENAS, A POLÍCIA BAIANA VAI AOS TERRITÓRIOS – MAS PARA PRENDER INDÍGENAS. FOTOS: POVO PATAXÓ/BARRA VELHA

Edição: Fernanda da Escóssia
Edição de fotografia: Lela Beltrão
Checagem: Plínio Lopes
Revisão ortográfica (português): Valquíria Della Pozza
Montagem de página e acabamento: Natália Chagas
Coordenação de fluxo editorial: Viviane Zandonadi
Editora-chefa: Talita Bedinelli
Diretora de Redação: Eliane Brum



TAGS

Congresso Nacional, Crime, Demarcação de terras indígenas, Governo Lula, Indígenas Avá Guarani, Lideranças indígenas, Ministério dos Povos Indígenas, Pataxó, Política, Política ambiental, Povos ameaçados, Povos indígenas, Povos originários, Tupinambá,

LEIA TAMBÉM

A NATUREZA LEVOU MAIS VIDA À VOLTA GRANDE DO XINGU – E BELO MONTE AGORA QUER DE VOLTA

Uma tempestade derrubou as torres de transmissão, obrigando a Norte Energia a libertar mais água, e as peixas entenderam que era hora de reproduzir. Mas a empresa entrou na Justiça contra determinação do Ibama de manter o nível do Rio e ganhou, o que pode causar mais um desastre ecológico

ÁLCOOL, DROGAS, DINHEIRO: O COQUETEL DE 'CIVILIZAÇÃO' QUE RESULTOU NO ASSASSINATO DE UMA MULHER DO POVO BARÉ POR JOVENS YANOMAMI

Rosimar de Oliveira foi estuprada e morta após uma festa com bebida grátis bancada pelo novo prefeito de Barcelos, no Amazonas, cidade movimentada pelo Bolsa Família pago aos Indígenas

BELO MONTE: O QUE VEEM OS OLHOS DE AÇAÍ DA PEQUENA GUERREIRA MEBENGÔKRE

Durante 11 dias os Kayapó ocuparam a Norte Energia e a cidade de Altamira para cobrar seus direitos afetados pela privatização da Eletrobras, revivendo a resistência histórica à hidrelétrica e chamando a atenção para os contínuos impactos da usina que barrou o Xingu

'PARA PROSPERAR TEMOS QUE ABANDONAR O EXTRATIVISMO E ADOTAR O MODELO REGENERATIVO DA NATUREZA'

A bióloga estadunidense Janine Benyus se tornou porta-voz da biomimética, um campo do conhecimento que vê nas lições acumuladas em bilhões de anos pelos mais-que-humanes as respostas para a crise atual da humanidade

Clique aqui e receba as newsletters de SUMAÚMA

O jornalismo que luta para manter a Floresta em pé e enfrentar o colapso do clima e da Natureza

AMAZONÁRIO
AMAZONIZANDO A COP
COLAPSO
COM CIÊNCIAS
DIÁRIO DE GUERRA
DIREITOS DA NATUREZA
ELEIÇÕES 2026
EM QUADRINHOS
FILMES
GENOCÍDIO YANOMAMI
GUARIBA
INSUSTENTÁVEIS
INVASÕES BÁRBARAS
LITERNATURA
LIVROS
MAIS-QUE-HUMANES
MICÉLIO
NOSSA VOZ
OUTRAS VOZES
PLANETA EM COLAPSO
REXISTÊNCIA
SEMENTEAR
VIVIÁRIO
VOZES DA FLORESTA

Facebook
LinkedIn
Instagram
TikTok
Contato

© Direitos reservados. Não reproduza o conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação sem autorização escrita de SUMAÚMA